

CONTRATO Nº 051/CEGÁS/2018  
PROCESSO Nº 6131372/2018.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS (O) A  
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, ABAIXO  
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE  
DECLARA.

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS** situada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96,, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, eo Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade nº.628804-83 SSP/CE, e do CPF nº 074.179.208-70, residente e domiciliada(o) em Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A**, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14261 – Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP CEP: 04794-000, Fone: 5111-1176, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Diretor "B" **André Renato Viard Fortino**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 17335779 SSP-SP e do CPF nº 077346878-14, e o Diretor "M" **Raphael de Luca Junior**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 10690829 SSP/SP e CPF nº 037.583.788-42, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20180028/CEGÁS, e seus anexos, os preceitos do direito privado, as Leis Federais Nº. 10.520/2002 e Nº 13.303/2016, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20180028/CEGÁS, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato, Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil – de Empresas Concessionárias ou não de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento Básico, ou Produção e Distribuição de Gás, ou Produção e Distribuição De Energia Elétrica – apólice à Base de Ocorrência – Occurrence Basis, para cobertura do Sistema de Distribuição de Gás Natural canalizado da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS no Estado do Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: Empreitada por preço global, com a forma de fornecimento integral.



Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-005  
Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026  
Home page: [www.pegas.com.br](http://www.pegas.com.br) E-mail: [cegas@cegas.com.br](mailto:cegas@cegas.com.br)





## CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O valor global importa na quantia de R\$1.100.000,00(um milhão e cem mil reais), referente ao Item 02 do Anexo I – Termo de Referência do edital, para o período de vigência deste contrato.

5.2. O valor anual importa na quantia de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), sujeito a reajustes respeitado a periodicidade anual do contrato nos termos da legislação vigente.

5.3. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pelo índice econômico IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), calculado pelo IBGE ou, no caso de sua extinção, por outro índice avençado pelas partes.

5.3.1. O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

5.3.2. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

5.3.3. A data base de referência da proposta de preços será o mês de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir deste.

## CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado anualmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e/ou boleto, e da documentação disposta no subitem 6.4.1., no protocolo da CEGÁS, para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencial no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura e/ou boleto pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados na primeira quinta-feira após 15 dias do recebimento da fatura e/ou boleto no protocolo da CEGÁS.

6.1.2. A nota fiscal/fatura e/ou boleto que apresente incorreções será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura e/ou boleto corrigido.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital PE 20180028/CEGÁS.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.6. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

6.7. Fica assegurado a CEGÁS o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da CONTRATADA, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.





## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios oriundos da CEGÁS.

## CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O prazo de vigência e de execução deste contrato é de 05 (cinco) anos contado a partir da sua assinatura do instrumento contratual, nos termos previstos no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016, devendo ser publicado na forma do § 2º do art. 51 da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.1. A publicação resumida deste contrato dar-se-á na forma do § 2º, do art. 51, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.2. A apólice de seguro será emitida anualmente, sendo que a primeira apólice será emitida tendo como início da vigência do seguro a data da assinatura do contrato, para um período de 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

8.3. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no §1º do art. 81 da Lei Federal 13.303/2016.

8.3.1 Em se tratando do Seguro Incêndio, inclusive decorrente de Tumultos, Queda de Raio, Explosão e Implosão, serão considerados os aumentos e/ou supressões, relativos ao crescimento da Rede de Distribuição (Dutos/estações/ERPs/ERMS etc), com cobrança e/ou devolução de prêmios proporcionais às inclusões/supressões, mantidas as taxas aplicadas na origem do contrato; e,

8.3.2 Em se tratando do Seguro de Responsabilidade Civil Geral, os acréscimos e/ou supressões, referir-se-ão, principalmente, à evolução do faturamento bruto anual, realizado nos últimos doze meses, e à realizar nos doze meses seguintes que correspondem ao período do seguro, e informado no Questionário que dará origem à base de cálculos do prêmio para renovação do Contrato. Considerando-se ainda, o aumento do quadro funcional e Limites Máximo de Indenização, se por ventura aumentado.

8.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes.

8.5. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.6. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da contratada, a CEGÁS deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

8.7. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme § 7º, art. 81 da Lei 13.303/2016.

## CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

9.1. Quanto à entrega:

9.1.1. O objeto contratual (Apólice) deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento.

9.1.2. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato.





9.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.2. Quanto ao recebimento:

9.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

9.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento contratual e com o Anexo I – Termo de Referência do edital.

10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

10.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.6. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.7. Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros.

10.8. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

10.9. Refazer o objeto contratual "Apólice", que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua notificação sem nenhum ônus para CEGÁS.

10.10. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado.

10.11. Permanecer como única e total responsável perante a contratante, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido.

10.12. Fazer constar na apólice de seguro, documento oriundo do contrato a ser assinado entre as partes, as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguro Privados e o presente contrato como parte integrante.





10.13. Assegurar a cobertura do seguro, ainda que o sinistro ocorra dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado se a Contratante quitar o débito até a data do vencimento.

10.14. Prestar assistência no caso de ocorrência de sinistro, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas a partir da comunicação do gestor do contrato.

10.15. Fornecer todo suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

10.16. Promover indenizações decorrentes de sinistros até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da documentação solicitada pela seguradora.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Autorização de Serviço ou instrumento hábil.

11.2. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato. O não atendimento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas em Contrato.

11.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

11.5. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11.6. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do contrato a ser firmado.

11.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

11.8. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 13.303/2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Gerente de Administração e Suprimento como Gerente do contrato e pelo(a) Coordenador(a) de Licitação e Contratos, como Fiscal do contrato, especialmente designados para este fim pela CONTRATANTE.

12.2. A CEGÁS reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização na execução dos serviços objeto do presente do contrato, sem que tal fato exima a contratada das obrigações assumidas. Assim sendo, atenderá prontamente às reclamações procedidas para fiel observância das exigências contratuais.

12.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CEGÁS não exime a contratada da total responsabilidade pelos fornecimentos.

12.4. No caso da inobservância, pela contratada, das exigências da fiscalização, terá a CEGÁS, além do direito de aplicação das sanções previstas no contrato, também o de suspender a execução dos serviços contratados e sustar o pagamento de quaisquer documentos de cobrança.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – MATRIZ DE RISCOS**

13.1. Entre outros eventos identificados no caso concreto, a CONTRATADA suportará os efeitos econômicos e financeiros dos seguintes eventos:

I – Atraso ou lentidão na execução dos serviços contratados;

II – Greve dos empregados da CONTRATADA;





13.1.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no subitem 13.1, deste contrato, a CONTRATADA no prazo de 02 (dois) dias úteis, deverá informar a CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência, bem como um relatório dos fatos, anexando as evidências;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

13.1.2. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

13.1.3. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas no presente contrato.

13.1.4. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos no subitem 13.1., deste contrato, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

13.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da ocorrência do evento.

13.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

13.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

13.2.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro deste CONTRATO

13.2.4. ESTE CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente, quando comprovado que todas as medidas para sanar os danos foram tomadas, e, mesmo assim a manutenção deste CONTRATO se torne impossível ou inviável nas condições existentes/ou excessivamente onerosa.

13.2.5. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

13.2.6. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardatárias ou impeditivas da execução deste CONTRATO, não previstos nesta Matriz, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:

- I – Advertência: Repreensão por escrito imposta a contratada por falta leve na execução do contrato;
- II – Multas, estipuladas na forma do subitem 14.4, deste contrato.





III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pública pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

14.2. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 14.1, deste Contrato poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

14.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

15.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente;

Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;

Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor nota de empenho, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;

Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante;

14.5. A(s) multa(s) a que porventura a CONTRATADA der causa será(ão) descontada(s) da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

14.5.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

14.7. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

14.9. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar são sanções administrativas que obstam a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Ceará, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

14.9.1 – por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a contratada permanecer inadimplente;

14.9.2 – por até 12 (doze) meses, quando a contratada ensejar o retardamento da execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

14.9.3 – por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

14.9.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;





14.9.3.2. Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou

14.9.3.3. For multada, e não efetuar o pagamento.

14.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. A inexecução total ou parcial do contrato pela CONTRATADA ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste instrumento e na legislação que rege a empresa pública e a sociedade de economia mista e suas subsidiárias.

15.2. Considera-se em mora a CONTRATADA, pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

15.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – A lentidão do seu cumprimento, levando as partes a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, no prazo estipulado;

IV – O atraso injustificado no início do serviço;

V – A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

VIII – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

IX – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

X – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;

XI – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XII – A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial deste contrato além do limite permitido no §1º do art. 81 da Lei 13.303/16;

XIII – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XIV – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para o fornecimento, no prazo contratual;

XV – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

15.4. A rescisão deste contrato poderá ser:





I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVI do subitem anterior;

I – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;


II – Judicial, nos termos da legislação;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 10 de OUTUBRO de 2018




**HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**  
Diretor Presidente  
Companhia de Gás do Ceará

Aneti Caetano  
Diretora Comercial  
Canais Estratégicos



**ANDRÉ RENATO VIARD FORTINO**  
Diretor "B"  
Mapfre Seguros Gerais S.A



**FÁBIO AUGUSTO NORCIO**  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



**RAPHAEL DE LUCA JUNIOR**  
DIRETOR "M"  
Mapfre Seguros Gerais S.A

#### TESTEMUNHAS:



\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_

